



**BNP PARIBAS
FACTOR**

Relatório e Contas

2012



Índice:

- 1 – Relatório do Conselho de Administração
- 2 – Anexo ao Relatório do Conselho de Administração
- 3 – Balanço
- 4 – Demonstração de Resultados
- 5 – Fluxos de Caixa
- 6 – Activos Tangíveis e Intangíveis
- 7 – Anexo às Demonstrações Financeiras
- 8 – Relatório e Parecer do Fiscal Único
- 9 – Certificação Legal das Contas



Relatório do Conselho de Administração

Senhores accionistas,

Nos termos da lei e os estatutos da nossa empresa submetemos à vossa apreciação, discussão e voto o Relatório e as Contas relativas ao exercício de 2012.

Enquadramento Internacional

A recuperação da economia global continuou em 2012, contudo a uma taxa mais lenta da que foi anteriormente prevista. De facto, as economias mais ricas e avançadas deverão ter crescido apenas 1,3% do PIB este ano em comparação com 1,6% em 2011 e 3% em 2010.

O baixo crescimento verificado em 2012 e as incertezas nas principais economias afectam seriamente as taxas de desemprego e também as políticas não restauraram a confiança em perspectivas de médio prazo para o necessário crescimento. Há também a consequência dos mercados emergentes e países em desenvolvimento que sofrerem uma redução do seu crescimento de 5,3% em 2012, em comparação com 6,2% em 2011.

Os principais factores que estão a afectar o crescimento das economias avançadas são a consolidação fiscal e um sistema financeiro ainda fraco que continuam a condicionar o investimento e o consumo.

O crescimento da zona euro terá caído 0,4% em 2012 e prevê-se que se mantenha estável no primeiro semestre de 2013, antes de voltar a aumentar ligeiramente na segunda metade deste ano. Espera-se que as economias centrais da zona euro tenham um crescimento baixo, mas positivo em 2013, enquanto as economias do euro devem ter sofrido uma contracção em 2012 para iniciar uma recuperação em 2013.

1
P
B
A



A economia Portuguesa

A economia que tinha entrado em recessão no primeiro semestre de 2011 agravou-se no ano de 2012, com uma previsão de 3.0% de queda do PIB, devido à continuação da degradação de todas as componentes da procura interna.

Algumas medidas de ajustamento como o congelamento dos subsídios de férias e de Natal dos funcionários públicos e dos pensionistas, foram considerados inconstitucionais pelo Tribunal Constitucional, por não serem considerados equitativos, com efeitos apenas em 2013. Este acórdão, veio trazer novos problemas ao Governo na elaboração do Orçamento de 2013 já que teve de lançar mão de um enorme e generalizado aumento de impostos para colmatar aquela decisão e não por em causa o cumprimento de consolidação orçamental.

Não obstante algumas melhorias que se têm verificado no sector financeiro, o financiamento à economia continua muito difícil e selectivo, com impacto directo no número cada vez maior de falências e o consequente aumento do desemprego que atingia no final de 2012 os 16,4% da população activa.

Verifica-se uma contribuição muito positiva das exportações, que continuaram a apresentar uma evolução favorável, sem a qual a recessão da economia teria sido ainda pior.

O mercado do factoring

O mercado atingiu um volume de negócios total de 22 948 089 K€, o que representa uma diminuição de 16.7% relativamente ao ano 2011. O factoring doméstico atingiu 13 750 222 K€, o factoring internacional e o confirming representaram, respectivamente, 2 400 173 K€ e 6 797 694 K€.

O factoring doméstico recuou para 59.9% do total, o factoring internacional representa 10.5% e o confirming estabilizou em 29.6% do total dos negócios do sector.

A evolução negativa registada em 2012, foi confirmada pelas expectativas do último trimestre de 2011 em que o volume de negócios do sector recuou significativamente. Sem a estabilização do confirming, segmento do negócio sem expressão na nossa actividade por estar mais direccionada para entidades com rede bancária, a queda seria mais pronunciada.

2

[Handwritten signature]



Evolução da Sociedade

O ano 2012 foi muito favorável para a Sociedade no que se refere aos resultados obtidos, apesar das dificuldades que o mercado apresenta. Tal resultou de uma estratégia agressiva de novos negócios pautada pelos rigorosos parâmetros do controlo de risco existentes, bem como do controlo de toda a estrutura de custos.

Volume de negócios

Como referido a Sociedade procurou, no exercício 2012, através de uma política comercial agressiva recuperar a quota de mercado que já teve. Conseguiu-o, tendo agora 9.4% da quota de mercado e o 4º lugar do “ranking”, sendo uma das duas únicas empresas de factoring que obtiveram um crescimento dos créditos adquiridos, apesar da diminuição muito significativa do envolvimento com o Sector Público.

Proveitos de exploração

A sociedade registou um aumento de 9.9% das comissões líquidas cobradas, as quais atingiram os 4.836 k€, tendo os juros líquidos atingido 9.009 k€, o que tem subjacente um aumento de 15.3%. O assinalável crescimento dos juros líquidos deveu-se à melhoria das condições de exploração e ao recebimento de juros com carácter não recorrente, referentes a processos pré contenciosos.

Custos de exploração

Os custos suportados pela Sociedade ficaram dentro do orçamentado, determinando que o rácio «cost/income» seja de muito bom nível.

Custo do risco

Não obstante uma conjuntura que continua difícil, a empresa conseguiu baixar muito os níveis de sinistralidade, sendo que grande parte das provisões tiveram como objectivo reforçar dossiers já existentes.

RA
B&D
3
PU



Perspectivas da economia Portuguesa para 2013

Não são animadoras as perspectivas para a economia Portuguesa para 2013. Após o “chumbo” do Tribunal Constitucional no que se refere ao “corte dos subsídios de Férias e Natal de grande parte dos funcionários públicos e pensionistas, o Governo decidiu aumentar enormemente os impostos directos sobre a generalidade das pessoas singulares, o que irá agravar a recessão. Também e para evitar “derrapagens” esperadas do Orçamento, foi assinado com a “troika” um compromisso de corte permanente da despesa pública de 4.000 milhões de euros até 2015, sendo que desse valor 800 K€ deverão ser já eliminados em 2013.

A juntar a estas medidas que terão um forte impacto na procura interna, existe também toda a situação desfavorável na União Europeia e principalmente na vizinha Espanha, nosso principal parceiro comercial, sendo expectável que a exportação também venha a sofrer alguma quebra.

Para além destas dificuldades causadas por estas medidas, a economia Portuguesa sofrerá, ainda, os efeitos negativos da dificuldade de acesso ao financiamento pela maior parte das empresas.

Está prevista uma contracção do PIB que segundo as últimas estimativas do Banco de Portugal será de 1,9%, que provocará mais aumento do desemprego e da degradação económica.

Posicionamento da sociedade

A BNPP Factor iniciou a sua actividade em Novembro de 1987, sendo a primeira sociedade de factoring do Grupo.

Ao longo destes anos o Grupo BNP Paribas, através da constituição de novas sociedades e da aquisição de outras, criou uma rede europeia de sociedades de factoring, alcançando a liderança do sector.

Integrada neste Grupo, no ano em que completou 25 anos de actividade no País, a BNP Paribas Factor mantém o seu projecto de desenvolvimento no mercado Português do factoring e a sua ambição de aumentar a quota de mercado e de consolidar a sua posição no ranking do sector.

Continuará a privilegiar relações comerciais duradouras com os clientes e manterá uma preocupação permanente de melhorar a qualidade dos seus serviços.

Face às perspectivas de aumento da sinistralidade, manterá a selectividade na selecção dos clientes e o rigor na execução das operações.

Pelo Grupo a que pertence e pela experiência de que dispõe, procurará ser um factor de desenvolvimento dos negócios das médias empresas nacionais produtoras de bens e serviços

4



transaccionáveis, de modo especial das exportadoras, assegurando-lhes financiamento competitivo, um processo de cobrança eficiente e um seguro de crédito adequado.

Inexistência de dívidas ao Estado e Segurança Social

Declara-se que não existem dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Desde o encerramento do exercício até esta data não ocorreram factos cuja relevância justifique menção especial.

Gratificação aos colaboradores

O Conselho de Administração reconhece o trabalho esforçado dos colaboradores da Sociedade neste contexto de dificuldades.

Com o objectivo de compensar financeiramente os colaboradores pelo bom desempenho da Sociedade, a administração decidiu constituir uma provisão para gratificação aos colaboradores no montante total de 145.750,00 euros.

Proposta de distribuição de resultados

Nos termos da lei propomos a seguinte distribuição dos resultados do exercício, que foram de 6.721.166,77 €:

Para reserva legal..... 672.116,68 €

Para dividendos.....6.049.050,09 €

Porto, 31 de Janeiro de 2013

O Conselho de Administração



ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para cumprimento do estipulado nos artigos nº 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, informamos:

Artigo 447º nº 5

- BNP Paribas, S.A.	2.629 600 acções
- Bozana Douriez Sorovic	100 acções
- Patrick de Villepin	100 acções
- François Laplace	100 acções
- Pierre Jacques Marie Hamy	100 acções

Artigo 448º nº 4

Accionistas com mais de metade do Capital Social:

- BNP Paribas, S.A.	99.98%
---------------------	--------

[Handwritten signatures]


BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Base individual - NCA)

euros

		euros			
Rubricas	Notas Quadros anexos	2012			2011
		Valor Antes de provisões imparidades e amortizações 1	Provisões, Imparidades e amortizações 2	Valor Líquido 3 = 1 - 2	Líquido
Activo					
10+3300 Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais		2.250,50		2.250,50	1.921,14
11+3301 Disponibilidades em outras instituições de crédito		1.551.771,99		1.551.771,99	3.116.120,37
152(1)+1548(1)+158(1)+16+191(1)-3713(1) Activos Financeiros detidos para negociação					
152(1)+1548(1)+158(1)+17+191(1)-3713(1) Outr.Activos financeiros ao justo valor através de resultados					
153+1548(1)+158(1)+18+192+34888(1)-35221(1)-3531(1)-53888(1)-3713(1) Activos financeiros disponíveis para venda					
13+150+158(1)+159(1)+198(1)+3303+3310(1)+34018 (1)+3408(1)-350-3520-5210(1)-35221(1)-3531 (1)-5300-53028 (1)-3710 Aplicações em instituições de crédito	13	10.000.000,00		10.000.000,00	12.000.000,00
14+151+1540+158(1)+190+3304+3305+3310(1)+34008+340108-34880-3518-35211-35221-3531-370-3711-3712-5210(1)-53018-530208-53880 Crédito a clientes	11	389.014.204,60	22.850.692,36	366.163.512,24	503.100.152,74
156+158(1)+159(1)+22+3307+3310(1)+3402-355-3524-3713(1)-5210(1)-53028(1)-5303 Investimentos detidos até à maturidade					
156+158(1)+159(1)+22+3307-3310(1)+3402-355-3524-3713(1)-5210(1)-53028(1)-5303 Activos com acordo de recompra					
21 Derivados de Cobertura					
25-3580-3713(1) Activos não correntes detidos para venda	18	1.725.590,55	500.000,00	1.225.590,55	1.225.590,55
26-3581(1)-360(1) Propriedades de investimento					
27-3581(1)-360(1) Outros activos tangíveis	5	820.656,46	761.546,75	59.109,71	82.150,81
29-3582-3583-361 Outros activos intangíveis	5	27.328,92	27.328,92	0,00	0,00
24-357-3713(1) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos					
300 Activos por impostos correntes		0,00		0,00	0,00
301 Activos por impostos diferidos	3	1.285.694,73		1.285.694,73	1.174.126,92
12+157+158(1)+159(1)+198(1)+31+32+3302+3308+3310+(1)+338+34018(1)+3408+(1)+348(1) 3584-3525-371(1)+50(1)(2)-5210(1)-53028(1)-5304-5308(1)+54(1)(3) Outros Activos	16 e 18	1.529.273,85		1.529.273,85	3.094.994,57
TOTAL DO ACTIVO		405.956.771,60	24.139.568,03	381.817.203,57	523.795.057,10

(1) Parte aplicável dos saldos destas rubricas

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor.

(3) - Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo

O Técnico Oficial de Contas

A Administração


BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Base individual - NCA)

euros

Rubricas	Notas/ Quadros anexos	2012			2011
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	valor líquido	
		1	2	3 = 1 - 2	
Passivo					
38-3311(1)- 3410+5200+5211(1)+5318(1)					
43					
39-3311(1)-3411+5201 +5211(1)+5318(1)	12 e 13	202.515.337,95		202.515.337,95	360.477.867,37
40+41-3311(1)-3412-3413+5202 +5203+ 5211(1)+5310+5311					
42-3311(1)- 3414+5204+5211(1)+5312					
46-3311(1)-3415+5205 +5211(1)+5313					
44					
45					
47	15	3.123.359,85		3.123.359,85	4.300.236,93
490		0,00		0,00	0,00
491					
481					
48-481-3311(1)- 3416+5206+5211(1)+5314	13	7.987.978,97		7.987.978,97	7.987.978,97
51-3311(1)-3417-3418+50(1)(2) +5207+5208+5211(1) +528+538+5318(1)+54(1)(3)	16 e 18	87.837.020,39		87.837.020,39	75.825.228,07
Total do Passivo		301.463.697,16		301.463.697,16	448.591.311,34
55	26	13.150.000,00		13.150.000,00	13.150.000,00
602		43.477.700,00		43.477.700,00	43.477.700,00
57					
58+59					
60-602+61	26	17.004.639,64		17.004.639,64	16.830.038,96
-56					
64	26	6.721.166,77		6.721.166,77	1.746.006,80
-63					
Total de Capital		80.353.506,41		80.353.506,41	75.203.745,76
Total do passivo + Capital		381.817.203,57		381.817.203,57	523.795.057,10

(1) Parte aplicável dos saldos destas rubricas

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor.

(3) - Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo

O Técnico Oficial de Contas

A Administração



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Base individual - NCA)

euros

CODIGO DAS CONTAS		Notas/ Quadros anexos	2 0 1 2	2 0 1 1
79+80(1)+8120	Juros e rendimentos similares	6	10.280.847,22	10.621.059,34
66+67(1)+6820	Juros e encargos similares	6	-1.271.794,23	-2.809.252,07
82	Margem financeira		9.009.052,99	7.811.807,27
81(1)-812	Rendimentos de instrumentos de capital	7	5.420.982,18	4.955.307,85
68(1)-6820	Rendimentos de serviços e comissões	7	-584.951,22	-552.996,45
-692-693-695(1)-696(1)-698+832	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo			
+833+835(1)+836(1)+838	valor através de resultados (líquido)			
89 + 834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)		2.370,21	-280,53
-690+830	Resultados de reavaliação cambial (líquido)			
-691-697-699(1)-725-726(1)-831	Resultados de alienação de outros activos			
+837+839(1)+843+844(1)				
-695(1)-696(1)-699(1)-75-720-721-722-723-725-726(1)	Outros resultados de exploração	10	1.203.600,25	1.404.217,78
-728+835(1)+836(1)+839(1)+840+843+844(1)+848	Produto bancário		15.051.054,41	13.618.055,92
70	Custos com o pessoal	8	-1.910.462,55	-2.805.421,45
71	Gastos Gerais administrativos	9	-2.618.883,71	-2.469.625,41
77	Depreciações e amortizações	5	-25.549,19	-36.961,52
781+783+784+785+786+788-881-883-884-886-888	Provisões líquidas de reposições e anulações	15	1.176.877,08	-706.477,49
78000+78001+78010+78011+7820+7821+7822-	Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a	15	-2.079.759,00	-5.098.483,55
-88000-88001-88010-88011-8820-8821-8822-848(1)	receber de outros devedores (líquida de reposições e anulações)			
760+7620+7618+76211+76221+7623+7624+7625	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e			
+7630+7641+765+766+78002(1)+78012(1)+7823	recuperações			
+7828(1)-870-8720-8718-87211-87221(1)-8723-8724				
-8726-8730-8741-875-876-88002(1)-88012(1)-8823	Imparidade de outros activos líquidos de reversões e recuperações			
-8828(1)				
768+769(1)+78002(1)+78012(1)+7828(1)	Imparidade de outros activos líquidos de reversões e recuperações			
-877-878-88002(1)-88012(1)-8828(1)				
	Resultados antes de impostos		9.593.277,04	2.501.086,50
	Impostos			
65	Correntes		-2.983.678,08	-889.590,81
74-86	Diferidos	3 - J)	111.567,81	134.511,11
	Resultados após impostos		6.721.166,77	1.746.006,80
-72600-7280+8480+84400	Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas			
640	Resultado líquido do exercício		6.721.166,77	1.746.006,80

(1) - Parte aplicável do saldo desta rubrica

O Técnico Oficial de Contas

A Administração



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012

	2012	2011
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Exercício	6.721.166,77	1.746.006,80
Amortizações e Depreciações	25.549,19	36.961,51
Provisões e Imparidade	877.525,91	5.562.486,08
(Aumentos) Diminuições de Activos Operacionais		
Crédito sobre Clientes	136.469.259,67	-61.515.153,39
Outros Activos e Outras Contas de Regularização	-1.630.160,61	698.971,68
Aumentos (Diminuições) de Passivos Operacionais		
Recursos de Instituições de Crédito	-157.962.529,42	47.126.123,54
Outros Passivos e Outras Contas de Regularização	13.509.083,49	8.303.237,26
FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS	-1.990.105,00	1.958.633,48
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de Imobilizações Corpóreas	-2.507,90	-20.306,40
Aquisições de Imobilizações Incorpóreas		
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	-2.507,90	-20.306,40
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumentos de Capital		
Dividendos e Gratificações de Balanço	-1.571.406,12	-946.046,51
Diminuição de Resultados Transitados		
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-1.571.406,12	-946.046,51
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	-3.564.019,02	992.280,57
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	15.118.041,51	14.125.760,94
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	11.554.022,49	15.118.041,51

O Técnico Oficial de Contas

A Administração



IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS E CORPÓREAS

ANEXO IV

Unidade: Euro

CONTAS	Saldo do Exercício de 2011		Aumentos		Transferências	Amortizações do Exercício	Regularizações	Abates (Líquido)	Valor Líquido em 31/12/2012
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Aquisições	Reavaliações (Líquido)					
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS									
Despesas de Estabelecimento									0
Custos Plurianuais									0
Sistemas de Tratamento Automático de Dados (Software)	93.243	93.243							0
Outras	203	203							0
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS									
Imóveis de Serviço Próprio	416.808	376.065				11.362			29.381
Equipamento	420.605	380.095	2.508			14.187			28.831
Património Artístico	898								898
Outras Imobilizações Corpóreas									
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO									
Imóveis									
Equipamento								0	
TOTALS	931.757	849.606	2.508			25.549		0	59.110

O Técnico Oficial de Contas

A Administração



Anexo às Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2012

(Valores expressos em euros)

Introdução

A BNP Paribas Factor – Instituição Financeira de Crédito, S.A. foi constituída em 2 de Novembro de 1987 com a denominação social de BNP Factor – Companhia Internacional de Aquisição de Créditos, SA. Em 01/10/2007 assumiu a natureza jurídica de IFIC – Instituição Financeira de Crédito, alargando, estatutariamente, o âmbito dos negócios que pode realizar. Contudo, a BNP Paribas Factor, SA continuou a desenvolver no exercício em análise, exclusivamente, a actividade de factoring nas suas diversas configurações.

A Sociedade opera tanto no mercado nacional como no internacional (importação e exportação), estando integrada numa associação internacional de empresas de factoring (FCI) que se rege por normas e métodos de trabalho uniformes, através da qual são canalizadas as operações do mercado internacional.

A Sociedade é detida em 99,98% pelo BNP Paribas, S.A. (Grupo BNP Paribas – Nota 29) e, consequentemente, as suas operações e transacções são influenciadas pelas decisões do Grupo.

Nota 1 – Ajustamentos nas contas do exercício anterior

Não se verificaram quaisquer ajustamentos relativamente aos valores publicados nas Contas do exercício anterior.

Nota 2 – Políticas contabilísticas

2.1 - Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras e Contabilidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respectivo suporte documental da Sociedade, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal, através dos Avisos 1/2005 e 4/2005.

Nota 3 – Principais Critérios Valorimétricos Utilizados

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

Handwritten signature and initials



a) - Créditos e juros vencidos

Nesta rubrica estão incluídos os correspondentes valores vencidos há mais de 30 dias, estando desdobrados pelas respectivas classes de antiguidade.

b) - Contas em moeda estrangeira

Os saldos em moeda estrangeira foram ajustados aos câmbios de 2012.12.31, segundo o "fixing" do Banco de Portugal, conforme quadro seguinte:

Moeda	Valor
USD	1,3235
GBP	0,8189
NOK	7,3370
JPY	113,091

c) – Activos intangíveis

A Sociedade regista nesta rubrica os custos de aquisição de programas informáticos, quando a sua utilização esperada se repercute para além do exercício em que a aquisição ocorreu.

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo da vida útil esperada que, regl geral, corresponde a um periodo de 3 anos.

Os contratos de manutenção do software são reconhecidos como gasto de acordo com a sua vigência temporal.

d) – Activos tangíveis

Os activos tangíveis são activos utilizados pela Sociedade para o desenvolvimento da sua actividade e encontram-se registados ao custo de aquisição, incluindo despesas que lhe são directamente atribuíveis, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Os activos tangíveis nunca foram objecto de qualquer reavaliação.

As amortizações dos activos tangíveis são calculados segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização, que refletem a vida útil dos bens:

Anos de vida útil

Mobiliário e Material	8
Máquinas e ferramentas	4 – 5
Equipamento Informático	4
Instalações Interiores	8 – 10
Equipamento de Segurança	10
Outro Material	8

[Handwritten signature]



e) - Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os rendimentos e os gastos são reconhecidos com base no princípio da especialização dos exercícios, sendo registados nos períodos a que respeitam, independentemente do seu recebimento e pagamento, nos seguintes termos:

- Os juros de financiamentos bancários são calculados dia a dia sobre os valores financiados sendo imputados a gastos do exercício pela parte do período já decorrido.
- As comissões por serviços de factoring são especializadas de acordo com o período que decorre entre a cessão e o vencimento do crédito.
- Para as operações de factoring os juros são cobrados e registados como rendimentos, regra geral, mensalmente, sobre o montante adiantado e sempre imputados ao período a que respeitam.
- Na modalidade de "compras definitivas", o prémio recebido pela antecipação do pagamento é especializado como proveito de acordo com o período que decorre até à maturidade dos créditos adquiridos.
- Para os créditos considerados de cobrança duvidosa não são contados juros, sendo reconhecidos como proveitos apenas quando cobrados.

f) – Provisões para crédito de cobrança duvidosa, crédito e juros vencidos e para riscos e encargos

Provisão para crédito de cobrança duvidosa

A constituição de provisão para créditos de cobrança duvidosa, é determinada pelo entendimento do Banco de Portugal que considera que o conceito de prestação, descrito no número 4º - 1, alínea b) do Aviso 3/95, é, também, aplicável actividade de factoring.

Englobam-se neste caso, os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a sua reclassificação prevista na alínea a), o crédito e juros vencidos de todas as operações relativamente a esse cliente, excederem 25% do crédito total, acrescido de juros vencidos. Estes créditos são provisionados com base na aplicação de metade das taxas de provisionamento aplicável aos créditos vencidos, com excepção do primeiro escalão em que é utilizada a mesma taxa.

Provisão para crédito e juros vencidos

Esta provisão é constituída para fazer face ao risco de incobrábilidade dos créditos tomados e juros que se encontrem vencidos há mais de 30 dias. O montante provisionado é em função do período decorrido após o respectivo vencimento, de acordo com o Aviso nº 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, com a revisão dada pelo Aviso 8/2003, de 28 de Fevereiro, encontrando-se a respectiva provisão reflectida como uma redução do activo



Provisão para riscos gerais de crédito

É uma provisão de natureza geral, destinada a fazer face a riscos de crédito vincendo não identificados especificamente, encontrando-se a mesma reflectida no passivo, no âmbito da provisão para riscos e encargos (Nota 9), sendo determinada através da aplicação de uma percentagem de 1% sobre o total do crédito concedido pela Sociedade (factoring sem recurso) e sobre o total dos adiantamentos concedidos e (factoring com recurso adiantado), excluindo o considerado no âmbito da provisão para crédito e juros vencidos e os créditos relativos a devedores pertencentes ao universo da Administração Central definido pelo Banco de Portugal.

Imparidade para Activo não Financeiro :

Este montante destina-se a fazer face a uma hipotética desvalorização dos terrenos provenientes da dação em cumprimento da "Turreal", encontrando-se a mesma também reflectida como redução do activo.

g) - Férias e subsídio de férias

Está considerado na rubrica "Encargos a Pagar – Por Gastos com o Pessoal" o valor correspondente às férias e respectivo subsídio, a pagar no ano de 2013.

h) – Registo de operações de factoring

Factoring sem recurso

As facturas ou outros documentos cedidos pelos Aderentes ou Congéneres no estrangeiro para cobrança são registadas no activo, na rubrica "Créditos a Clientes", por contrapartida da rubrica "Credores Por Contratos de Factoring".

Factoring com recurso

De acordo com as disposições constantes na Instrução nº 2/98, de 16 de Fevereiro, do Banco de Portugal, nas operações de factoring com recurso, os valores adiantados aos Aderentes estão registados no activo na rubrica "Créditos a Clientes", sendo os valores sem adiantamento registados em rubricas extrapatrimoniais.

A Sociedade efectua adiantamentos contratuais aos Aderentes tendo como limite o valor dos créditos tomados nas operações de factoring susceptíveis de adiantamento, isto é, créditos líquidos de juros e comissões e de uma percentagem da facturação cedida que, contratualmente, não é passível de adiantamento.

i) - Risco de crédito

O risco de crédito envolvido nas operações de factoring pode ser integralmente assumido pela Sociedade, caso em que as operações são denominadas sem recurso. Contudo, a Sociedade ressegura numa Companhia de Seguros a carteira sem recurso, com excepção da Administração Central, dividindo desta forma o risco das respectivas operações, incluindo as efectuadas com o exterior.



As operações em que o risco de crédito é assumido pelo Aderente (operações nacionais) ou pela Congénere no estrangeiro (operações de importação), são consideradas operações com recurso.

j) – Impostos diferidos

O Imposto sobre o Rendimento (IRC) contabilizado na demonstração dos resultados do período findo em 31 de Dezembro de 2012 encontra-se ajustado pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos.

O detalhe dos montantes e natureza dos activos por impostos diferidos registados em 31 de Dezembro de 2011 e o movimento ocorrido no exercício findo é resumido de acordo com o quadro seguinte:

Activos por impostos diferidos	Saldos em 31 de Dezembro de 2011	Demonstração dos resultados		Saldos em 31 de Dezembro 2012
		Aumento no exercício	Diminuição no exercício	
Provisões, Imparidade e diferenças temporárias	1.174.127	111.568		1.285.695

Passivos por impostos diferidos:

A empresa não tem passivos por impostos diferidos.

k) - Aplicações por recuperação de créditos

Esta rubrica corresponde a um imóvel (terreno urbano) que veio à posse da Sociedade para regularização de créditos concedidos, encontrando-se registado na rubrica de "Activos não Correntes Detidos para Venda"

Nota 4 - Inventário da Carteira de Títulos.

A sociedade não tem carteira de títulos no seu activo, conforme anexo III.

Nota 5 – Movimento e Saldos dos Activos Tangíveis e Intangíveis

É apresentado em separado o Anexo IV.



Nota 6 – Juros – Rendimentos e Encargos Similares

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31/12/2012	31/12/2011
Juros e Rendimentos Similares		
Juros de Depósitos à Ordem	1.171	2.803
Juros de Aplicações	533.506	621.567
Juros de Crédito Interno		
Com Recurso	9.746.170	9.996.689
Sem Recurso	10.280.847	10.621.059
Juros e Encargos Similares		
Juros de Recursos Alheios		
Juros de Depósitos à ordem	15.368	21.196
Empréstimos de Curto Prazo	1.162.657	2.647.737
Empréstimos Subordinados	93.404	139.519
Outros Empréstimos	365	800
	1.271.794	2.809.252
Margem Financeira	9.009.053	7.811.807

Nota 7 – Comissões

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2012	31/12/2011
Comissões Recebidas Por Operações de Factoring	5.415.741	4.938.639
Outras Comissões Recebidas	5.241	16.669
	5.420.982	4.955.308
Comissões Pagas		
Comissões por Serviços Bancários Prestados	584.951	552.996

Nota 8 – Custos com o Pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2012	31/12/2011
Remuneração dos Órgãos de Gestão e Fiscalização	38.505	98.522
Remunerações dos Empregados	1.321.313	1.337.526
Encargos Sociais Obrigatórios	317.295	341.046
Outros Custos com o Pessoal	233.350	1.028.328
	1.910.463	2.805.422



Nota 9 – Gastos Gerais e Administrativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2012	31/12/2011
Água, Energia e Combustíveis	75.419	54.413
Material de Consumo Corrente	29.044	27.374
Rendas e Alugueres	113.396	116.027
Comunicações	111.325	120.746
Deslocações, Estadas e Representação	18.357	21.730
Publicidade e Publicações	8.121	12.981
Conservação e Reparação	32.653	39.089
Formação	12.513	13.647
Seguros	466.646	565.096
Serviços Especializados	1.332.218	1.176.953
Serviços Externos e ACE	400.488	303.979
Outros Gastos Diversos	18.704	31.237
	2.618.884	2.469.625

Nota 10 – Outros Resultados de Exploração

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2012	31/12/2011
Ganhos em Operações Descontinuadas	2.920	
Ganhos em Operações Financeiras		16
Reembolso de Despesas	3.559	5.573
Recuperação de Crédito	25.330	30.974
Rendimentos por Prestação de Serviços	299.674	246.350
Outros Proveitos de Exploração	1.118.927	1.355.334
	1.450.410	1.638.247
Outros Custos de Exploração		
Impostos Indirectos		
Imposto de Selo	1.500	
Imposto sobre Transportes Rodoviários	54	228
Impostos Directos		
Imposto Municipal sobre Imóveis	159	159
Contribuição Sobre o Sector Bancário	177.428	154.780
Rendas de Locação Operacional	55.622	62.782
Quotizações e Donativos	11.500	12.130
Perdas Realizadas		1.822
Multas, Juros de Mora e Compensatórios	435	175
Outros Custos de Exploração	112	1.937
	246.810	234.013

A rubrica "Outros Proveitos de Exploração", refere-se ao desconto obtido na compra definitiva de créditos. Este prêmio é periodizado tendo em conta o prazo médio de vencimento dos créditos adquiridos.



Nota 11 - Créditos a Clientes

Em 31 de Dezembro de 2012, este saldo tem a seguinte composição:

Créditos tomados de curto prazo:

	<u>Com recurso</u>	<u>Sem recurso</u>	<u>Total</u>
- Crédito não vencido	34.602.376	287.344.100	321.946.476

Crédito de Cobrança Duvidosa

< 3 meses	17.174.630
Entre 3 e 6 meses	222.223
Entre 6 e 9 meses	17.545
Entre 9 e 12 meses	11.009
Entre 12 e 15 meses	0
Entre 15 a 18 meses	0
Entre 18 a 24 meses	0
Entre 24 a 30 meses	0
	<u>17.425.407</u>
Provisão para crédito de cobrança duvidosa	(208.039)

Crédito e juros vencidos

Crédito concedido sobre Administração Central e Local	2.104.474
Crédito concedido sobre outras entidades:	
< 3 meses	19.987.400
Entre 3 e 6 meses	2.978.844
Entre 6 e 9 meses	2.243.571
Entre 9 e 12 meses	3.418.651
> 12 meses	18.909.381
	<u>49.642.321</u>
Provisão para crédito e juros vencidos	(22.642.653)

366.163.512

De acordo com o artigo 15º nº. 1.1 do Aviso 3/95, de 30 de Junho, com a revisão dada pelo Aviso 8/2003, de 28 de Fevereiro, os créditos concedidos a entidades da Administração Central e a entidades cujos créditos estejam garantidos pelo Estado Português não são passíveis de constituição de provisões para riscos específicos e gerais de crédito, pelo que a Sociedade não constituiu qualquer provisão para esses créditos.

Em 31 de Dezembro de 2012, o montante das facturas tomadas relativamente a contratos com recurso que não foram objecto de adiantamento ascende a euros 38.568.546,78, o qual se encontra registado na rubrica extrapatrimonial "Contratos com recurso – Facturas não financiadas".



Trinta dias após o vencimento das facturas ou outros documentos, a Sociedade transfere os respectivos valores para crédito vencido. Adicionalmente, no caso de operações de factoring com recurso, os montantes em dívida poderão ser devolvidos ao Aderente após 90 dias da data de vencimento (com excepção do Sector Público Administrativo)

Em 31 de Dezembro de 2012, a antiguidade do crédito vencido era a seguinte:

Até 90 dias	20.045.324
De 90 a 180 dias	2.565.706
De 180 a 270 dias	2.289.842
De 270 dias a 1 ano	2.714.349
Mais de 1 ano	(a) 6.803.364
Contencioso e Preocupantes	15.223.736
	<hr/>
	49.642.321

(a) – Este montante refere-se a créditos sobre a Administração Central e a empresas ou organismos de capitais públicos, tais como EP's e EPE's.

Em 31 de Dezembro de 2012, os adiantamentos realizados aos clientes da Sociedade ascendiam a, aproximadamente, 73,27% do total dos créditos em carteira nessa data. A sua distribuição era a seguinte:

Adiantamentos	
Sem recurso	267.545.010
Com recurso	34.602.376

Para fazer face a problemas de realização do crédito concedido, em 31 de Dezembro de 2012, a Sociedade dispõe ainda de uma provisão para riscos gerais de crédito, para crédito não vencido, no montante de euros 3.123.359,85 euros, registada no âmbito das provisões para riscos e encargos, de acordo com as regras de provisionamento do Banco de Portugal.

Nota 12- Débitos para com instituições de crédito

Em 31 de Dezembro de 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>À vista</u>	
Descobertos bancários	12.941.057
<u>A curto prazo</u>	
Hot Money	189.574.281
Desconto de letras	0
	<hr/>
	189.574.281
	<hr/>
	202.515.338

Estes empréstimos vencem juros a Taxas de Mercado.



Os montantes dos débitos correspondentes aos "Recursos de Outras Instituições de Crédito" desdobrados em função da sua duração residual, pelos seguintes prazos:

Débitos para com instituições de crédito

- Até 3 meses	202.515.338
- De 3 meses a 1 ano	-
- De 1 ano a 5 anos	-
- Mais de 5 anos	-
- Duração Indeterminada	-

Nota 13 - Transacções com Entidades Relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2012, os principais saldos e transacções mantidos com entidades do Grupo BNP Paribas eram os seguintes:

BALANÇO

Activo:	
. Disponibilidades em outr. Instit.crédito	1.166.237
. Aplicações em outras instituições de crédito	10.000.000
. Juros de Aplicações em outras instit.crédito	201.323
Passivo:	
. Recursos de outras instituições de crédito	202.478.273
. Outros passivos	73.802
. Passivos subordinados	7.987.979

A rubrica "Aplicações em outras instituições de crédito" refere-se a uma aplicação de macro cobertura de 10.000.000 de euros a 10 anos, efectuada em 2007, com pagamento de juros e reembolso de 2.000.000 de euros anualmente. A liquidação ocorrerá até 2017/07/30.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

. Juros de Aplicações	533.506
. Juros e encargos similares	1.271.524
. Outras comissões pagas	223.413
. Outros encargos e gastos operacionais	946.145

PA
7
BS
P



Débitos a empresas coligadas incluídos na rubrica Recursos de Outras Instituições de Crédito:

- À vista.	12.903.992
- Até 3 meses	189.574.281
- De 3 meses a 1 ano	-
- Mais de 1 ano	-

Nota 14 - Empréstimos Subordinados

Esta rubrica refere-se a dois empréstimos não titulado de euros 4.987.979 e 3.000.000, com cláusula de subordinação, obtidos junto do BNP Paribas, nos termos do Aviso nº 12/92, de 29 de Dezembro de 1992.

- Amortização:

Só poderão ser reembolsados por iniciativa da mutuária e com pré-acordo do Banco de Portugal.

Estes empréstimos vencem juros trimestrais e postecipados à taxa de juro Euribor a 90 dias acrescida de um "spread" de 0,4%.

Como passivos subordinados com vencimento indeterminado, estes empréstimos são considerados para efeito de determinação dos fundos próprios da Companhia, de acordo com a legislação do Banco de Portugal.

Nota 15 - Provisões e Imparidade:

Provisões:

O movimento ocorrido nas provisões durante o exercício de 2012 foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Reforços	Reposições	Utilizações	Saldo final
Crédito de Cobr. Duvidosa	165.530	42.509	-	-	208.039
Crédito vencido	20.630.759	2.083.032	45.782	25.356	22.642.653
Riscos gerais de crédito	4.300.237	-	1.176.877	-	3.123.360
	25.096.526	2.125.541	1.222.659	25.356	25.974.052

Imparidade:

	Saldo Inicial	Reforços	Reversões	Saldo final
Imparidade – Activos não Financeiros detidos para Venda	500.000	-	-	500.000

Em 31 de Dezembro de 2012, a Imparidade Acumulada existente, referente a "Activos não Financeiros Detidos para Venda" refere-se à desvalorização estimada pelo Conselho de Administração no valor de realização de um imóvel detido em dação em cumprimento.

Handwritten signatures and initials in blue ink.



Nota 16 - Acréscimo e Diferimento de Proveitos e Custos e Outras Contas de Regularização:

- Saldos das seguintes contas:

- Rendimentos a Receber	392.139
- Despesas com Encargo Diferido	161.944
- Outras contas de regularização – Activo	<u>874.541</u>
	<u>1.428.624</u>
- Encargos a Pagar:	
De Recursos de Inst. Crédito	3.701
Por Gastos com o Pessoal	351.721
De Outros Encargos a Pagar	828.716
- Receitas com Rendimento Diferido	877.988
- Outras contas de regularização – Passivo:	
De valores cobrados	4.433.579
Diversas Operações a Regularizar	<u>5.612.622</u>
	<u>12.108.327</u>

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica de "Outras Contas de Regularização - Activo", inclui, como valores mais relevantes, o montante de 580.271 euros de juros a debitar aos Aderentes dos adiantamentos de Dezembro, 19.749 euros de Imposto de Selo sobre os referidos juros, 85.000 euros de imposto de selo estimado, pela utilização de crédito durante o mesmo período, 29.663 euros de cheques pré-datados e 135.542 euros referentes a diversos gastos no loteamento do terreno da "Turreal".

Também em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica "Valores Cobrados" refere-se a cheques e transferências, recebidos de devedores nos últimos dias do mês, que se encontravam a aguardar a imputação às facturas respectivas. A maior parte deste montante foi regularizado durante os primeiros dias de Janeiro de 2013 por contrapartida da rubrica "Créditos a Clientes".

Relativamente à rubrica de "Outras Contas de Regularização – Passivo", expressa, como valores mais relevantes, os montantes de 4.613.223 referentes cobranças e juros não imputados devido a divergência de interpretação dos valores recebidos (a Companhia considerou uma parte do pagamento como juros pelo atraso, enquanto o devedor entende que efectuou a liquidação do capital), 41.181 euros de estimativa de comissões a pagar às correspondentes, 480.061 euros de valores recebidos a transferir para BNPP Factor France e 163.536 euros referentes a cheques emitidos aos Aderentes em 31 de Dezembro e cujo desconto bancário ocorrerá em 2 de Janeiro de 2013.



Nota 17- Capital

Em 31 de Dezembro de 2012, o capital da sociedade de 13.150.000 euros, está representado por 2.630.000 acções de valor nominal de 5 euros, encontrando-se totalmente subscrito e realizado.

O capital subscrito é detido em 99,98% pelo BNP Paribas, S.A..

Nota 18 - Activos não Correntes detidos para Venda e Outros Activos e Passivos

Natureza e valor dos principais elementos patrimoniais que integram a rubrica "Activos não Correntes detidos para Venda" do activo e "Outros Passivos":

• Activo	
- Activos não correntes detidos para venda:	
- Imóveis	1.725.591
- Devedores e Outras Aplicações	100.650
• Passivos:	
- Outros Fornecedores	55.799
- Credores por Contratos de Factoring	73.209.030
- Sector Público Administrativo	<u>2.463.864</u>
	<u>75.728.693</u>

O montante registado em "Activos não Correntes detidos para Venda" corresponde a um imóvel recebido de um devedor (Turreal – Imobiliária, S.A.) em dação em pagamento, o qual foi avaliado, em Junho de 2011, por uma empresa independente em euros 2.157.000, estando este registado pelo valor líquido contabilístico de euros 1.225.591.

Nota 19 - Número médio de trabalhadores ao serviço distribuídos por grandes categorias profissionais

- Administração / Direcção	5
- Enquadramento	7
- Outras funções	<u>21</u>
Total	33

Nota 20 – Remunerações atribuídas aos Órgãos de Gestão e Fiscalização

O montante das remunerações atribuídas aos órgãos de Administração e de Fiscalização durante o exercício de 2012, foi o seguinte:

- Conselho de Administração	17.460
- Fiscal Único	20.910

Não existem quaisquer compromissos em matéria de pensões de reforma, nem se verificaram adiantamentos, créditos ou compromissos relativamente aos membros dos órgãos sociais.

**Nota 21 – Valores expressos em moeda estrangeira**

Os montantes expressos em moeda estrangeira convertidos na moeda em que as contas anuais são estabelecidas, euros, são os seguintes:

- Activo	18.305.116
- Passivo	12.955.878

Nota 22 – Elementos da Demonstração de Resultados e do Balanço ventilado por linhas de negócio e por mercados geográficos

Como a actividade principal da Sociedade, factoring dirigido a empresas, é desenvolvida exclusivamente em Portugal, todos os proveitos gerados resultam de operações aqui realizadas, muito embora uma parte dos mesmos tenham sido obtidos em operações de importação e exportação.

Nota 23 - Empréstimos Subordinados:

Juros Acrescidos 2011 (1)	Juros Imputados (2)	Juros Acrescidos 2012 (3)	Juros Pagos (4) = (1)+(2)-(3)
5.501	93.405	1.655	97.251

Nota 24 - Impostos

A Sociedade encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) às taxas normais e correspondentes Derramas (normal e estadual).

Nos termos do Artigo 88º do Código de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a Sociedade encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de gastos, às taxas previstas no Artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2002, inclusive, 5 anos após essa data e, deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2009 a 2012 poderão vir a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correcções resultantes de revisões ou inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão, contudo, um impacto relevante nas demonstrações financeiras anexas.



Nota 25 – Consolidação das Contas da Sociedade

As contas da sociedade são abrangidas pela consolidação da BNP Paribas, com sede em 16, bd des Italiens, Paris, França.

Nota 26 - Movimento na Situação Líquida

O movimento ocorrido nas rubricas da situação líquida durante o exercício de 2012 foi o seguinte:

	Capital Subscrito	Reservas e Resultados Transitados				Lucro líquido Do exercício
		Legal	Livres, Pr.Emissão e Imp.Diferidos	Resultados Transitados	Total	
Saldos em 31/12/2011	13.150.000	4.751.308	55.556.432	-	60.307.740	1.746.007
Aplicação do Resultado de 2011	-	174.601	-	-	174.601	(174.601)
Dividendos	-	-	-	-	-	(1.571.406)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	<u>6.721.167</u>
Saldos em 31/12/2012	13.150.000	4.925.909	55.556.432	-	60.482.341	6.721.167

De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 171/95 de 18 de Julho, a Sociedade deverá constituir uma reserva legal, correspondente a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício, até à concorrência do valor do capital social. Esta reserva só poderá ser utilizada em determinadas circunstâncias para cobertura de prejuízos ou para aumentar o capital.

Nota 27 - Sector Público Administrativo

Em 31 de Dezembro de 2012 o detalhe dos saldos relacionados com o Sector Público Administrativo é como segue:

Saldos Devedores

IRC – Royalties 16.071

Saldos Credores

IRC – A Pagar 2.008.353
 IRC – Derrama Estadual 222.505
 IVA – A Pagar 18.702
 IRC - Royalties 1.761
 Retenções de impostos sobre o rendimento 29.699
 Retenções de imposto de selo 147.969
 Contribuições para a Segurança Social 32.596
 Contribuições para a Seg. Social - Independentes 2.279

[Handwritten signatures and initials]



Nota 28 - Compromissos perante terceiros e não incluídos no Balanço

Em 31 de Dezembro de 2012, a Empresa tinha compromissos revogáveis (não vinculativos), referentes a linhas de crédito não utilizadas pelos seus Aderentes no montante de 296.620.350 Euros.

Porto, 31 de Dezembro de 2012

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

P. deilly in

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhámos com regularidade, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, a actividade da **BNP Paribas Factor - Instituição Financeira de Créditos, S.A.**, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos sempre da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Balanço, a Demonstração dos Resultados Líquidos, o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Líquidos, a Demonstração dos Resultados Líquidos, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Assim, somos de parecer :

- 1º. Que sejam aprovados o Relatório de Gestão bem como o Balanço, a Demonstração dos Resultados Líquidos, o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Líquidos, a Demonstração dos Resultados e Demonstração dos Fluxos de Caixa apresentados pela Administração e relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.
- 2º. Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Porto, 22 de Fevereiro de 2013

O FISCAL ÚNICO



MAZARS & Associados, SROC, S.A.

representada por Justino Mendes do Santos Romão (ROC nº 379)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **BNP Paribas Factor - Instituição Financeira de Créditos, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 381 817 204 Euros e um total de capital próprio de 80 353 506 Euros, incluindo um resultado líquido de 6 721 167 Euros), as Demonstrações dos resultados e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração, a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **BNP Paribas Factor - Instituição Financeira de Créditos, S.A.** em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 2013



MAZARS & Associados, SROC, S.A.

representada por **Justino Mendes do Santos Romão** (ROC nº 379)